



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II



ANO XLVII — Nº 09

SÁBADO, 23 DE JANEIRO DE 1993

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 15ª SESSÃO, EM 22 DE JANEIRO DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

SENADOR VALMIR CAMPELO — Aprovação em 1º turno, pela Câmara dos Deputados, do ajuste fiscal e, em especial, do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira.

SENADOR CHAGAS RODRIGUES — Solidariedade prestada por S. Exª ao Ministro do Bem-Estar Social, Jutahy Magalhães Júnior. Notícia publicada no jornal *O Globo*, sob o título "Justiça vai investigar ex-prefeitos de Pernambuco".

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Dispensada a Ordem do Dia nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

1.2.3 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATO DO PRESIDENTE

— Nº 17, DE 1993

3 — ATA DE COMISSÃO

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 15ª Sessão, em 22 de janeiro de 1993

7ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 49ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência do Sr. Mauro Benevides

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Chagas Rodrigues — Elcio Álvares — Epitácio Cafeteira — Flaviano Melo — João França — Lourival Baptista — Mauro Benevides — Ronan Tito — Valmir Campelo — Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de presença acusa o comparecimento de 10 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nosso trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Há oradores inscritos.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA
Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Magno Bacelar. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao Senador Almir Gabriel. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao Senador Amir Lando. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao Senador Ney Maranhão. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao Senador Irapuan Costa Júnior. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Teixeira. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao Senador Cid Sabóia de Carvalho. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo, representante de Brasília nesta Casa.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, foi aprovado, em primeiro turno, pela Câmara dos Deputados, o chamado ajuste fiscal, incluindo o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira — IPMF.

A matéria terá que ser submetida a mais um turno de votação na Câmara para, então, ser apreciada, também em dois turnos, no Senado Federal.

O resultado positivo dessa primeira votação na Câmara, em que pesem os destaques apresentados, representa um passo vitorioso do Governo Itamar Franco na sua intenção de instituir o IPMF, com vistas à arrecadação de 7,2 bilhões de dólares este ano.

A criação de novos impostos, de qualquer forma, nunca se dá de maneira pacífica e, via de regra, não é bem aceita pela sociedade em geral.

O genial historiador grego Heródoto nos informa, entretanto, que a cobrança de impostos é tão antiga quanto a própria civilização. Segundo o mestre grego, já se cobrava a “décima”, uma modalidade de imposto, na distante Babilônia, com o fim de subsidiar o Estado. Da mesma forma, já existiam impostos no Egito dos Faraós e na Pérsia antiga.

Através dos séculos, o imposto acabou consolidando-se como uma tributação que o Estado exige dos cidadãos, com a finalidade de atender às despesas públicas. Hoje, em todos os países do mundo, “o imposto é a contribuição de todos os membros da sociedade para as despesas do Governo”, na definição do venerado economista inglês Adam Smith.

No Brasil, a cobrança de impostos acabou transformando-se num pesadelo para o contribuinte e num problema para o Governo. O excessivo número de impostos cobrados no País, contrariamente ao que se supõe à primeira vista, não tem garantido ao Governo a arrecadação de recursos em montante suficiente para atender às despesas públicas. As razões dessa distorção são variadas, passando pela desorganização e ineficácia do nosso sistema tributário e desaguando na alegada cultura sonegadora do nosso povo.

Não é minha intenção, no entanto, discutir as mazelas do nosso sistema tributário, porquanto este assunto já foi tema de análise de renomados especialistas, tanto aqui, nesta Casa, quanto nos diversos setores interessados na questão.

A verdade dos fatos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que o Congresso Nacional tem em mãos, para votar, mais uma proposta do Poder Executivo, que, como em outras oportunidades, vê-se na contingência de propor a criação de novo imposto, o IPMF, a fim de restabelecer a debilitada saúde financeira do Estado.

Os motivos elencados para sustentar a proposta de criação do IPMF e do próprio ajuste fiscal como um todo, de modo geral, parecem-me bastante razoáveis, até porque não é possível ignorar a situação de dificuldade econômica e estagnação em que se encontra o País.

À parte a conclusão óbvia de que este não é o melhor caminho e que a solução dos graves problemas de caixa enfrentados pelo Governo passa, obrigatoriamente, por uma ampla reforma tributária, é preciso admitir que, de qualquer forma, a aprovação do IPMF significará um avanço.

Vejo o IPMF como um preâmbulo, uma abertura para a futura implantação do imposto único, que na minha opinião representa a melhor proposta de reforma tributária para o Brasil.

A propósito do imposto único, aliás, é bom estarmos atentos para a grande aceitação que essa idéia vem obtendo na sociedade brasileira.

Anteontem, o Deputado Flávio Rocha entregou ao Presidente da Câmara dos Deputados documentos com cerca de 300 mil assinaturas de apoio à instituição do imposto único.

Como é do conhecimento de todos nós, a proposta do imposto único pressupõe a extinção de todos os impostos existentes e a adoção, em lugar desses, de apenas um imposto sobre transações financeiras.

Além da inovação e da evidente simplificação do processo fiscal, parece fora de dúvida que o imposto único traria maior transparência ao sistema de tributação, aliviando substancialmente os custos da arrecadação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu poderia permanecer horas a fio discorrendo sobre as vantagens da implantação do imposto único e até considerar algumas desvantagens já levantadas pelos especialistas, visto que nenhuma solução é isenta de imperfeições.

Entretanto, não sou economista nem tributarista. Sou político e, como tal, tenho a obrigação de ajudar a encontrar alternativas que possibilitem ao País superar as dificuldades e os problemas monumentais que se nos apresentam.

Em face disto, vejo com otimismo a aprovação, em primeiro turno, na Câmara dos Deputados, da proposta de ajuste fiscal. Entendo essa proposta e, em particular, o IPMF como fase embrionária de uma ampla reforma tributária no Brasil, que possibilitará, quem sabe, a implantação do imposto único.

Pode-se argumentar, inclusive, que a proposta de imposto único é radical, que o remédio é forte demais para o paciente, ou que o País não está preparado para conviver com esta forma de tributação, mas não nos restam alternativas, a não ser adotarmos soluções proporcionalmente à altura da crise econômica que enfrentamos.

Já se disse, Brasil afora, que o que falta para solucionar a crise econômica é coragem. A proposta do imposto único merece, mais do que nunca, uma análise acurada do Congresso Nacional. Não podemos protelar mais a adoção de medidas e ações concretas no sentido de tirar a economia brasileira do compasso de espera em que se encontra.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Chagas Rodrigues, Líder do PSDB nesta Casa.

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PSDB — PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o *Jornal do Brasil* de ontem, quinta — feira, traz uma notícia referente a denúncias que o Presidente Itamar Franco recebeu do Governador Antônio Carlos Magalhães.

Esse jornal, na mesma edição e na mesma página, diz o seguinte: “Jutahy explica repasse”.

Passo a ler, Sr. Presidente, porque não é longa essa explicação.

“Jutahy explica repasse.

Em entrevista concedida por sugestão do Presidente Itamar Franco, o Ministro do Bem-Estar Social, Jutahy Magalhães Júnior, disse que o repasse de verbas feito em dezembro passado para prefeitos da Bahia em final de mandato não configura nenhuma irregularidade. “A legislação não proíbe que órgãos federais, estaduais ou municipais façam repasses de recursos no último mês do ano”, disse. Segundo o ministro, em dezembro a Bahia recebeu do Governo Federal um total de Cr\$44 bilhões, sendo Cr\$33 bilhões para prefeituras e Cr\$11 bilhões para o Governo Estadual.

“Se houve desvios desses recursos, a suspeição recai sobre os prefeitos e não sobre o ministério. As prefeituras terão que prestar contas dentro de 60 dias,

e se forem constatadas irregularidades no uso dos recursos, vamos pedir para o Tribunal de Contas da União apurar”, disse Jutahy, revelando que outros ministérios também liberaram recursos no mês de dezembro. Segundo o ministro, o próprio Governador Antônio Carlos Magalhães liberou no final do ano recursos do ICMS para os municípios baianos, que também receberam em dezembro verbas repassadas através do FPM (Fundo de Participação dos Municípios).

“Deu xabu”, afirmou o Ministro Jutahy Júnior, usando uma expressão baiana para dizer que o governador quis explodir um foguete que falhou. O ministro fez questão de dizer ainda que nenhum dos ex-prefeitos que receberam recursos de seu ministério pertence a seu partido, o PSDB, pois a maioria é ligada politicamente ao governador. Jutahy Júnior ressaltou que os recursos liberados para a Bahia e outros estados estavam no Orçamento da União para o ano passado, aprovado pelo Deputado e ex-Ministro Ricardo Fiúza (PFL — PE) e pelo filho do governador Antônio Carlos, o Deputado Luis Eduardo Magalhães (PFL — BA).”

Sr. Presidente, esses esclarecimentos dados ontem pelo Ministro Jutahy Magalhães Júnior, e reforçados hoje através de uma emissora de televisão, nos deixam tranquilos. Isso não nos surpreende, porque o Ministro Jutahy é um jovem idealista, já conhecido e admirado, e um homem público que honra as tradições da vida pública, do seu povo e de sua família, do nosso Colega Senador Jutahy Magalhães e de seu avô, que figura entre os mais ilustres homens públicos deste País, o ex-Ministro Juracy Magalhães.

Quero aproveitar a oportunidade para, além de manifestar a minha solidariedade ao jovem Ministro, ler, Sr. Presidente, uma notícia publicada no jornal *O Globo* de 15 do corrente.

O Globo traz uma grande notícia. Entendo que os demais governadores e as demais autoridades estaduais deveriam pensar e dar ao Estado de Pernambuco o que ele merece nesta hora: elogios. O exemplo de Pernambuco deve ser seguido pelos demais Estados.

Vou ler notícia divulgada pelo jornal *O Globo* no dia 15 do corrente mês, vazada nos seguintes termos:

“Justiça vai investigar os ex-prefeitos de Pernambuco”

RECIFE — As denúncias de vandalismo praticado pelos prefeitos em fim de mandato levaram o Procurador-Geral da Justiça em Pernambuco, Olímpio Costa Júnior, a determinar a todos os promotores que peçam a instauração de inquérito policial para apurar as acusações contra os ex-prefeitos acusados de desmandos administrativos.

Nos casos em que ficar comprovada a lesão do patrimônio público, os ex-prefeitos poderão ter seus bens sequestrados pelo Ministério Público. Além de serem obrigados a ressarcir os prejuízos causados, seus direitos políticos podem ser suspensos por um período de até oito anos.

Segundo Costa Júnior, muitas das irregularidades não constituem apenas crimes de responsabilidade, mas crimes comuns, previstos no Código Penal e na Lei nº 8.429/92, que trata do enriquecimento ilícito. Ele acha necessário, portanto, que o Ministério Público atue com rigor.”

Sr. Presidente, essa é uma notícia bem anterior. Em todos os Estados da Federação, lemos notícias de que prefeitos saquearam as Prefeituras. Há prefeitos honestos neste País — sabemos. Vários deles, ao assumirem, denunciaram os seus antecessores, dizendo que encontraram as prefeituras sem dinheiro e endividadas.

Essa notícia de Pernambuco nada tem a ver com a denúncia do Governador da Bahia. Se, porventura, algum prefeito não aplicou, tenha aplicado corretamente verbas municipais, estaduais ou federais, verbas oriundas dos diferentes Ministérios ou dos Fundos de Participação, esses prefeitos omissos, infratores da lei, que cometeram ilícitos penais devem responder na forma da lei.

Quero congratular-me com o Governador Joaquim Francisco, do Estado de Pernambuco e, de modo especial, com o Procurador-Geral da Justiça desse mesmo Estado, Olímpio Costa Júnior. Espero que os demais Governadores não criem nenhum embaraço ao Ministério Público Estadual, para que este possa, junto com a polícia de cada Estado, cumprir corretamente suas obrigações. Essas medidas não devem ser tomadas somente no Estado de Pernambuco. O exemplo deve ser seguido pelos demais Estados da Federação.

Congratulo-me, portanto, com o Ministério Público e com o Governo do Estado de Pernambuco.

Sr. Presidente, concluo finalmente, expressando a nossa solidariedade ao Ministro da Ação Social, Jutahy Magalhães Júnior.

Era o que tinha a dizer.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Albano Franco — Almir Gabriel — Gilberto Miranda — Henrique Almeida — Humberto Lucena — Hydekel Freitas — Jarbas Passarinho — João Calmon — João Rocha — Jonas Pinheiro — Júnia Marise — Levy Dias — Nabor Júnior — Nelson Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência, nos termos do art. 174 do Regimento Interno, dispensa o período correspondente à Ordem do Dia.

Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

1 PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 59, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno)

Votação, em turno suplementar, do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1992 (nº 1.491/91, na Casa de origem), que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, e dá outras providências, tendo Parecer, sob nº 14, de 1993, da Comissão.

— Diretora, oferecendo a Redação do Vencido. (Dependendo de pareceres sobre as emendas de Plenário)

2 MENSAGEM

Nº 445, DE 1992

(Incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno)

Mensagem nº 445, de 1992, pela qual o Presidente da República solicita que sejam excetuados do disposto no art.

4º, parágrafo único, da Resolução nº 7/92, bem como no art. 4º, IV, e seus §§ 1º e 2º, da de nº 82/90, ambas do Senado Federal, os contratos a serem celebrados pela União Federal junto a Governos de países credores e suas agências de crédito. (Dependendo da votação do Requerimento nº 27, de 1993, de extinção da urgência)

3 MENSAGEM

Nº 455, DE 1992

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno)

Mensagem nº 455, de 1992 (nº 924/92, na origem), através da qual o Presidente da República solicita autorização para elevar temporariamente os limites de endividamento da Telecomunicações Brasileiras S.A. — TELEBRÁS, a fim de permitir a emissão de debêntures não conversíveis em ações, sem a garantia da União, no valor de quinhentos e dezoito bilhões, quatrocentos e sessenta milhões de cruzeiros.

4 OFÍCIO

Nº S/10, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno)

Ofício nº S/10, de 1993, através do qual o Governo do Estado do Pará solicita autorização do Senado Federal para a realização de operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal. (Dependendo de parecer)

5 OFÍCIO

Nº S/11, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno)

Ofício nº S/11, de 1993, através do qual o Governo do Estado de Sergipe solicita seja retificada a Resolução nº 92, de 1992, do Senado Federal. (Dependendo de parecer)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está encerrada a sessão. (Levanta-se a sessão às 9 horas e 35 minutos)

ATO DO PRESIDENTE Nº 16, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, resolve exonerar, a pedido, JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, do cargo em comissão, de Assessor Legislativo, Código SF-DAS-102.3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, a partir desta data.

Senado Federal, em 22 de janeiro de 1993. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 17, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 018.181/92-9, resolve aposentar, voluntariamente, JOSÉ SOARES CAMPELO, Técnico Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe "Especial", Padrão V, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "c", e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com o artigo 11 da Resolução (SF) nº 87, de 1989,

com proventos proporcionais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 22 de janeiro de 1993. — Senador **Mauro Benevides**, Presidente.

**1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DIRETORA
REALIZADA EM 21 DE JANEIRO DE 1993**

Às onze horas do dia vinte e um de janeiro de um mil, novecentos e noventa e três, reúne-se a Comissão Diretora do Senado Federal, na Sala de Reuniões da Presidência, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Senadores MAURO BENEVIDES, Presidente, CARLOS ALBERTO DE CARLI, Segundo-Vice-Presidente, DIRCEU CARNEIRO, Primeiro-Secretário, SALDANHA DERZI, Terceiro-Secretário, IRAM SARAIVA, Quarto-Secretário, e MEIRA FILHO, Suplente.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Excelentíssimo Senhor Senador Marcio Lacerda, Segundo-Secretário.

O Senhor Presidente dá início à reunião e submete aos presentes os seguintes assuntos:

a) — Proposta de Ato da Comissão Diretora que “dispõe sobre o reposicionamento de servidores de nível intermediário; e dá outras providências”.

Os presentes aprovam a proposta e assinam o respectivo Ato, que vai à publicação.

b) — Proposta de Ato da Comissão Diretora que “dispõe sobre a revisão da remuneração dos Senadores”.

Os presentes aprovam a proposta e assinam o respectivo Ato, que vai à publicação.

c) — Proposta do Ato da Comissão Diretora que “dispõe sobre a revisão da remuneração dos servidores do Senado Federal”.

Os presentes aprovam a proposta e assinam o respectivo Ato, que vai à publicação.

d) — Proposta de Ato da Comissão Diretora que “fixa o valor do Auxílio-Moradia para o mês de janeiro de 1992”.

Os presentes aprovam a proposta e assinam o respectivo Ato, que vai à publicação.

e) — Proposta de Ato da Comissão Diretora que revoga o Ato nº 18, de 1992, e os artigos 1º e 3º do Ato nº 12, de 1992.

Os presentes aprovam a proposta e assinam o respectivo Ato, que vai à publicação.

f) — Processos nº 01764/92-9, 012939/92-7, 018189/92-0 e 018624/92-8, nos quais Roberto Barbosa de Castro e outros candidatos inscritos no concurso público para o cargo de Assessor Legislativo do Senado Federal, apresentam recurso à Comissão Diretora.

É designado o Senhor Quarto-Secretário para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, declara encerrada a reunião, às doze horas, pelo que eu, Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrei a presente Ata que, depois de assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, em 21 de janeiro de 1993.
— Senador **Mauro Benevides**, Presidente.

MESA

Presidente

Mauro Benevides - PMDB - CE

1º Vice-Presidente

2º Vice-Presidente

Carlos De'Carli - PTB - AM

1º Secretário

Dirceu Carneiro - PSDB - SC

2º Secretário

Márcio Lacerda - PMDB - MT

3º Secretário

Rachid Saldanha Derzi - PRN - MS

4º Secretário

Iram Saraiva - PDT - GO

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia - PDT - RN

Meira Filho - PFL - DF

Lucídio Portella - PDS - PI

Beni Veras - PSDB - CE

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PMDB

Líder

Humberto Lucena

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Coutinho Jorge

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça

Ronaldo Aragão

Mansueto de Lavor

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PSDB

Líder

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Líderes

Chagas Rodrigues

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL

Líder

Marco Maciel

Vice-Líderes

Elcio Álvares

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PTB

Líder

José Eduardo

Vice-Líderes

Lourenberg Nunes Rocha

Jonas Pinheiro

LIDERANÇA DO PDT

Líder

Maurício Corrêa

Vice-Líder

Nelson Wedekin

LIDERANÇA DO PRN

Líder

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PDS

Líder

Esperidião Amin

Vice-Líder

Lucídio Portella

LIDERANÇA DO PDC

Líder

Amazonino Mendes

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Nelson Carneiro

Vice-Presidente: Maurício Corrêa

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Amir Lando		Wilson Martins
Antonio Mariz		Aluizio Bezerra
Cid Sabóia de Carvalho		César Dias
José Fogaça		Garibaldi Alves Filho
Mansueto de Lavor		Divaldo Suruagy
Nelson Carneiro		Nabor Júnior
Pedro Simon		Ronaldo Aragão
Alfredo Campos		João Calmon
	PFL	
Josaphat Marinho		Henrique Almeida
Francisco Rollemberg		Hydekel Freitas
Carlos Patrocínio		Júlio Campos
Odacir Soares		Lourival Baptista
Elcio Álvares		Meira Filho
	PSDB	
Eva Blay		Chagas Rodrigues
Jutahy Magalhães		Teotônio Vilela Filho
Beni Veras		Almir Gabriel
	PTB	
Luiz Alberto		Vaga cedida p/ o PST (*)
Valmir Campelo		Lourenberg Nunes Rocha
	PDT	
Magno Bacelar		Pedro Teixeira
	PRN	
Júlia Marise		Áureo Mello
	PDC	
Amazonino Mendes		Moisés Abrão
	PDS	
Esperidião Amin		Jarbas Passarinho
	PSB + PT	
José Paulo Bisol		Eduardo Suplicy
	PST	

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa
- Anexo das Comissões - Ramal 4315

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Almir Gabriel

Vice-Presidente: Francisco Rollemberg

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Amir Lando		Alfredo Campos
Antonio Mariz		Flaviano Melo
César Dias		Irapuan Costa Júnior
Cid Sabóia de Carvalho		José Fogaça
Divaldo Suruagy		Mansueto de Lavor
Garibaldi Alves Filho		Nabor Júnior
Wilson Martins		Nelson Carneiro
João Calmon		Ronan Tito

Ronaldo Aragão
Onofre Quinan

Pedro Simon
Coutinho Jorge (*)

PFL

João Rocha
Guilherme Palmeira
Odacir Soares
Hydekel Freitas
Carlos Patrocínio
Francisco Rollemberg

Dario Pereira
Álvaro Pacheco
Bello Parga
Meira Filho
Lourival Baptista
Elcio Álvares

PSDB

Almir Gabriel
Beni Veras
Jutahy Magalhães

Mário Covas
Teotônio Vilela Filho
Eva Blay

PTB

Marluce Pinto
Vaga cedida p/ o PST (*)
Jonas Pinheiro

Valmir Campelo
Luiz Alberto
Levy Dias

PDT

Lavoisier Maia
Pedro Teixeira

Nelson Wedekin
Magno Bacelar

PRN

Ney Maranhão
Áureo Mello

Vago
Albano Franco

PDC

Epitácio Cafeteira

Amazonino Mendes

PDS

Lucídio Portella

João França

PSB + PT

Eduardo Suplicy

José Paulo Bisol

PST

Enéas Faria (*)

Secretário: Luiz Cláudio de Brito - Ramais 3515/16

Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas

Local: Sala das Comissões, Anexo das Comissões - Ramal 3652

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: Raimundo Lira

Vice-Presidente: Ruy Bacelar

Titulares		Suplentes
	PMDB	
(Vaga cedida para o PT)		Amir Lando
Aluizio Bezerra		Antonio Mariz
César Dias		Cid Sabóia de Carvalho
Mansueto de Lavor		Divaldo Suruagy
Nabor Júnior		Wilson Martins
José Fogaça		João Calmon
Ronan Tito		Onofre Quinan
Ruy Bacelar		Pedro Simon
Ronaldo Aragão		Humberto Lucena
	PFL	
Guilherme Palmeira		Odacir Soares
Meira Filho		Bello Parga
Raimundo Lira		Júlio Campos
Henrique Almeida		Álvaro Pacheco
Dario Pereira		Elcio Álvares
João Rocha		Josaphat Marinho

<p>Mário Covas José Richa Beni Veras</p>		<p>PSDB</p> <p>Fernando H. Cardoso (*) Almir Gabriel Chagas Rodrigues</p>
<p>Afonso Camargo Valmir Campelo Levy Dias</p>		<p>PTB</p> <p>Lourenberg Nunes Rocha Jonas Pinheiro Marluce Pinto</p>
<p>Nelson Wedekin Lavoisier Maia</p>		<p>PDT</p> <p>Darcy Ribeiro Pedro Teixeira</p>
<p>Júnia Marise Albano Franco</p>		<p>PRN</p> <p>Vago Ney Maranhão</p>
<p>Moisés Abrão</p>		<p>PDC</p> <p>Gerson Camata</p>
<p>Esperidião Amin</p>		<p>PDS</p> <p>Jarbas Passarinho</p>
<p>Eduardo Suplicy</p>		<p>PT</p>
<p>Secretário: Diroceu Vieira M. Filho Ramais: 3515/3516/4354/3341. Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 4344 (*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações</p>		
<p>COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE (19 Titulares e 19 Suplentes) Presidente: Irapuan Costa Júnior Vice-Presidente: Lourival Baptista</p>		
Titulares	Suplentes	
Aluizio Bezerra	Antonio Mariz	
Irapuan Costa Júnior	Flaviano Melo	
Nelson Carneiro	João Calmon	
Pedro Simon	José Fogaça	
Ronaldo Aragão	Nabor Júnior	
Ronan Tito	Ruy Bacelar	
Humberto Lucena (*)		
Marco Maciel	Francisco Rollemberg	
Guilherme Palmeira	Josaphat Marinho	
Lourival Baptista	Raimundo Lira	
Álvaro Pacheco	Hydekel Freitas	
José Richa	Jutahy Magalhães	
Chagas Rodrigues	Eva Blay	
Jonas Pinheiro	Levy Dias	
Marluce Pinto	Valmir Campelo	
Pedro Teixeira	Darcy Ribeiro	
Albano Franco	Júnia Marise	
Moisés Abrão	Epitácio Cafeteira	

PDS

Jarbas Passarinho Lucídio Portella

PSB + PT

Vaga cedida para o PMDB (*) Vago

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos
Ramais: 3496 e 3497
Reuniões: Quintas-feiras, Às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3546

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA - CI**
(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Júlio Campos
Vice-Presidente: Mário Covas

Titulares	Suplentes
Flaviano Melo	Amir Lando
Wilson Martins	César Dias
Irapuan Costa Júnior	Juvêncio Dias
Nabor Júnior	Mansueto de Lavor
Onofre Quinau	Ronaldo Aragão
Divaldo Suruagy	Ronan Tito
Ruy Bacelar	Antonio Mariz
Garibaldi Alves Filho	Humberto Lucena

PFL

Dario Pereira	Raimundo Lira
Henrique Almeida	Elcio Alvarca
Lourival Baptista	Josaphat Marinho
Júlio Campos	Odacir Soares
Hydekel Freitas	Meira Filho

PSDB

Teotônio Vilela Filho	Beni Veras
Mário Covas	Jutahy Magalhães
Fernando H. Cardoso (*)	José Richa

PTB

Marluce Pinto	Levy Dias
Lourenberg N. Rocha	Vaga cedida p/ o PST (*)

PDT

Pedro Teixeira	Lavoisier Maia
----------------	----------------

PRN

Ney Maranhão	Áureo Mello
--------------	-------------

PDC

Gerson Camata	Epitácio Cafeteira
---------------	--------------------

PDS

João França	Lucídio Portella
-------------	------------------

PSB + PT

Eduardo Suplicy	José Paulo Bisol
-----------------	------------------

PST

Enéas Faria (*)

Secretário: Celso Antony Parente - Ramais 3515 e 3516

Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3286

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**(27 Titulares e 27 Suplentes)****Presidente: Louremberg Nunes Rocha****Vice-Presidente: Coutinho Jorge****Titulares****Suplentes****PMDB**

Alfredo Campos
Juvêncio Dias
Flaviano Melo
Garibaldi Alves Filho
João Calmon
José Fogaça
Mansueto de Lavor
Humberto Lucena
Amir Lando

Aluizio Bezerra
Cid Sabóia de Carvalho
Irapuan Costa Júnior
Nelson Carneiro
Wilson Martins
Ronaldo Aragão
Ronan Tito
Ruy Bacelar
Vago

PFL

Josaphat Marinho
João Rocha
Meira Filho
Álvaro Pacheco
Júlio Campos
Bello Parga

Dario Pereira
Odacir Soares
Francisco Rollemberg
Guilherme Palmeira
Carlos Patrocinio
Henrique Almeida

PSDB

Almir Gabriel
Teotônio Vilela Filho
Eva Blay

Mário Covas
Beni Veras
José Richa

PTB

Louremberg Nunes Rocha
Jonas Pinheiro
Levy Dias

Luiz Alberto
Marluce Pinto
Vaga cedida p/ o PST (*)

PDT

Darcy Ribeiro
Lavoisier Maia

Pedro Teixeira
Nelson Wedekin

PRN

Áureo Mello
Júnia Marise

Ney Maranhão
Albano Franco

PDC

Amazonino Mendes

Gerson Camata

PDS

Jarbas Passarinho

Esperidião Amin

PST

Enéas Faria(*)

Secretária: Mônica Aguiar Inocente -
Ramais 3496/3497/3321/3539

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 286.706,00 até 1º/11/92

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 286.706,00 até 1º/11/92

J. avulso Cr\$ 2.048,00 até 1º/11/92

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, e/ou pelo Banco do Brasil - Agência 0452-9 - CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências
- Dispositivos vetados e razões dos vetos
- Legislação correlata
- Índice temático

**Lançamento
Cr\$ 800,00**

**À venda na Subsecretaria de Edi-
ções Técnicas - Senado Federal,
Anexo I, 22º andar - Praça dos
Três Poderes, CEP 70160 - Brasília,
DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.**

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

JANEIRO A MARÇO 1991
ANO 28 - NÚMERO 109

Em circulação com estas matérias:

HOMENAGEM

Luiz Viana Filho - *Edivaldo M. Boaventura*

Afonso Arinos - *Jarbas Maranhão*

COLABORAÇÃO

A reforma monetária cruzeiro - *Letacio Jansen*

O planejamento na economia brasileira - *Clovis V. do Couto e Silva*

Os valores e a Constituição de 1988 - *Eduardo Silva Costa*

A Constituição Brasileira de 1988; subsídios para os comparatistas - *Ana Lucia de Lyra Tavares*

Inovações constitucionais - *Silveira Neto*

O pluralismo jurídico na Constituição de 1988 - *Silvio Dobrowolski*

A segurança pública na Constituição - *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

A Constituição Federal de 1988 e o mandato de segurança contra ato judicial - *Alvaro Lazzarini*

A propósito da extradição: a impossibilidade do STF apreciar o mérito do processo de extradição, indisponibilidade do controle jurisdicional na extradição - *Negi Calixto*

Cinco temas controvertidos do Direito Penal - *Edilson Pereira Nobre Júnior*

O Direito Internacional e os Direitos dos Povos - *Pedro Pinto Leite*

O "status" jurídico dos países sem litoral e as regras da Convenção de Montego Bay

sobre o Direito do Mar - *Georgenor de Sousa Franco Filho*

Sobre o Direito Natural na Revolução Francesa - *Marcela Varejão*

"Ermächtigung": proposta de leitura da hermenêutica na Teoria Pura do Direito - *Gladston Mamede*

Direito Romano em Gramsci - *Ronaldo Poletti*

A filiação ilegítima e a constituição de 1988 - *Clayton Reis*

Solidariedade e fiança - *Arnoldo Wald*

Proteção jurídica das embalagens - *Carlos Alberto Bittar*

Contratos estipulados por computador: declaración de voluntad. Forma y momento de su perfeccionamiento - *Daniel E. Moeremans y Carlos E. Saltor*

A Ação Civil Pública no Estatuto da Criança e do Adolescente - *Hugo Negro Mazzilli*

Recurso adesivo e ordem constitucional: são compatíveis? - *José Pitas*

A arte e o obsceno - *Everardo da Cunha Luna*

A PMCE, os servidores militares e a Carta Estadual/89 - *Adauto Rodrigues de Oliveira Leite*

O Conselho Constitucional Francês: ator da lei, mas nunca seu autor! - *Paulo Rodrigues Vieira*

Os Direitos Fundamentais na Lei Fundamental de Bonn - *Luis Afonso Heck*

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado - CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 110

(abril a junho de 1991)

Está circulando o nº 110 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número com 398 páginas, contém as seguintes matérias:

Assinatura para 1991 (nº 109 a 112).

Cr\$ 4.500,00

COLABORAÇÃO

A primeira Constituição Republicana do Brasil -
Alcides de Mendonça Lima

Tarefa dos partidos políticos no processo de in-
tegração da América Latina - *André Franco*
Montoro

Os actos legislativos no Direito Constitucional
Português - *Jorge Miranda*

Konrad Hesse: Uma nova crença na Constitui-
ção - *Inocêncio Mártires Coelho*

Os Direitos Humanos como limitações ao poder
constituente - *Leomar Barros Amorim de Sousa*
.....

Revisão constitucional - *Geraldo Ataliba*

Direito Constitucional Brasileiro (Reflexões so-
bre aspectos elementares) - *Sebastião Baptista*
Afonso

Mandado de injunção - *Marcelo Duarte*

As Medidas Provisórias no Sistema Jurídico-Con-
stitucional Brasileiro - *Fran Figueiredo*

Aspectos do Regime Constitucional da Desa-
propriação - *Vitor Rolf Laubé*

A liberdade de expressão e a propaganda elei-
toral ilícita - *Geraldo Brindeiro*

Questões e direitos relativos à mulher nas
Constituições do Brasil e de Minas Gerais -
Anamaria Vaz de Assis Medina

Fundações privadas instituídas pelo Poder Pú-
blico - *Adilson Abreu Dallari*

Auditoria e avaliação da execução - *Rosinethe*
Monteiro Soares

Soberania do Poder Judiciário - *Antônio de Pá-
dua Ribeiro*

O Poder Normativo da Justiça do Trabalho -
Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena

A Escola Judicial - *Sálvio de Figueiredo Teixeira*
.....

Da constitucionalidade do bloqueio de valores -
Adriano Perácio de Paula

O Programa Brasileiro de Privatização de Em-
presas Estatais - *Marcos Jurueña Villéla Souto* ..

Tratamento jurídico dispensado no Brasil ao
capital estrangeiro - *Werter R. Faria*

Agricultura e inflação sobre o capitalismo perifé-
rico - *Mauro Márcio Oliveira*

A pau e pedra: notas sobre o vandalismo - *José*
Arthur Rios

Dois momentos decisivos na vida de Rui Barbo-
sa - *Rubem Nogueira*

PESQUISA - Direito Comparado

Lei inglesa de proteção ao consumidor, 1961

Lei inglesa de segurança do consumidor, 1978 ...

Emenda à lei inglesa de segurança do consumi-
dor, 1986

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições
Técnicas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos
Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones: 311-3578 e 311-3579

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do
Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal - CGA 470775.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:
Dispõe sobre o Estatuto da Criança
e do Adolescente, e dá outras
providências (D.O. de 16-7-90)**

Legislação correlata

**Convenção sobre os direitos da criança
(DCN, Seção II, de 18-9-90)**

Índice temático

**Lançamento
Cr\$ 1.000,00**

**À venda na Subsecretaria de Edi-
ções Técnicas - Senado Federal, Anexo
I, 22º andar - Praça dos Três Poderes,
CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones
311-3578 e 311-3579.**

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.